

Abril 2004

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Educação, Juventude e Criança
3. Hiv/ Sida
4. Mercado Informal e Microfinanças
5. Governação e Descentralização
6. Paz e Reconciliação
7. Serviços Básicos
8. Terra, Habitação e Urbanização
9. Outros

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Ministro propõe publicação das receitas do petróleo	1
1.2 Ministro das Finanças ralha com instituidor da bolsa de valores	2
1.3 Rivalidades entre empresários estrangeiros podem estar na origem dos assassinatos	2
1.4 Diagnóstico-Petróleo deve ser revelado.....	3
1.5 Angola implementa programa do FMI este ano.....	4
2.0 EDUCAÇÃO	4
2.1 Ano académico inicia na UAN com espectro da greve	4
2.2 Ao Presidente da República e ao Parlamento	5
2.3 Jovens exigem ao Governo criação de bolsas internas.....	6
3.0 HIV/SIDA	6
3.1 Africanos indecisos sobre recursos para combater Sida – Inquérito	6
3.2 França: 300 mil Euros para combater a sida na África Ocidental	6
4.0 GOVERNAÇÃO	7
4.1 Governo está preocupado com a “débil situação” das populações.....	7
4.2 Savimbi teria sido poupado se a outra parte quisesse	7
4.3 Juiz pediu averiguações ao presidente	9
4.4 MPLA e ONG discutem problemática sobre a Pátria.....	9
4.5 Dos Santos entre os mais influentes do petróleo no Golfo da Guiné.....	10
4.6 Parlamento aprova condecorações e títulos honoríficos	10
5.0 SERVIÇOS BASICOS	11
5.1 ONG Canadiana constrói 500 chafarizes no país	11
5.2 Empresa portuguesa vai assessorar EPAL	11
5.3 Electrificação das fronteiras custa USD 64 Milhões.....	11
6.0 SITUAÇÃO HUMANITARIA	12
6.1 Fome aflige populações na Huíla e Bié.....	12
6.2 A triste herança da guerra.....	12
6.3 Interdição de transgénicos ameaça programa do PAM.....	13
6.4 MPD investe na defesa dos direitos das mulheres	13
6.5 Situação humanitária é preocupante	14
7.0 TERRA E HABITAÇÃO	14
7.1 Reféns da miséria	14
7.2 Lei de Terra esteve em cena.....	15
7.3 As vítimas da chuva.....	16
7.4 Guia prático da terra	16
7.5 Habitação em Luanda analisa pintura de imóveis	17
8.0 OUTRAS	18
8.1 O que se espera dos nossos intelectuais.....	18
8.2 Falta de material condiciona trabalho de desminagem	19

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Ministro propõe publicação das receitas do petróleo

Jornal de Angola...22/04/04

O ministro Angolano das Finanças, José Pedro de Moraes, anunciou, ontem, que vai propor ao Conselho de Ministros a publicação, no próximo mês, do relatório final sobre o diagnóstico do sector petrolífero elaborado pela empresa de consultoria KPMG.

O governante angolano teceu tais considerações quando discursava no British Angola Fórum (BAF) que decorre na capital inglesa, tendo acrescentado que o relatório, contendo cerca de 30 recomendações, estará disponível na Internet, tão logo seja aprovado pelo órgão colegial angolano. José Pedro de Moraes falava para entidades económicas daquele país europeu, académicos, representantes de organizações não-governamentais e jornalistas. Na ocasião, sublinhou que a publicação do estudo constitui um passo importante para o aumento da transparência na gestão dos recursos provenientes do petróleo. O documento resulta de um trabalho de auditoria financeira efectuada pela KPMG, uma empresa especializada nestas matérias, contratada pelo Estado angolano em Novembro de 2000, com o apoio do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

O objectivo foi a de efectuar um diagnóstico financeiro e criar um sistema de monitorização das receitas petrolíferas do Estado. Ao comentar a iniciativa sobre a transparência na Indústria Extractiva, liderada pelo primeiro-ministro britânico, Tony Blair, o titular angolano das Finanças referiu que Angola encara a mesma com muita seriedade, estando neste momento a estudar todos os elementos e suas implicações para que ninguém saia prejudicado. José Pedro de Moraes sublinhou que o país não tem nada contra, até porque alguns elementos constantes da iniciativa de Tony Blair já estão a ser implementados, no quadro da nova política económica do Governo angolano. Na sua intervenção, o governante angolano falou também sobre a intensificação do diálogo com o FMI para a monitorização da economia angolana, as negociações com a Open Society, que - segundo afirmou- entraram na sua fase final e sobre o recente crédito concedido ao país pela China. Para o governante, Angola vive um momento muito crucial, pois, como afirmou, o fim da longa guerra civil em Abril de 2002, conduziu o país a várias mudanças nos domínios político e económico.

No campo político, sublinhou, assiste-se a consolidação

das instituições democráticas, que ganhou recentemente um novo ímpeto com o anúncio da agenda do partido maioritário para as próximas eleições gerais. Disse que no campo económico, foram registados progressos significativos no que concerne a estabilização macroeconómica, consubstanciada no reforço da disciplina fiscal, redução da inflação e estabilidade cambial. A propósito, referiu que a inflação, que em média se situava na ordem dos 7 por cento/mês no ano passado, caiu actualmente para menos de 2 por cento, enquanto o défice fiscal atingiu 5 por cento em 2003 contra 9 do ano precedente. O ministro das Finanças assegurou que a meta do défice fiscal para o presente ano é de quatro por cento, sendo que para se atingir este objectivo, o Governo vai continuar a melhorar a transparência e o rigor na prestação de contas com as receitas governamentais. No que se refere as despesas, afirmou que o Governo espera ter gastos adicionais nos sectores da reconstrução e no sector social. “Para fazer face a estas necessidades, na ausência de assistência dos doadores em grande escala, o Governo continuará a contar com o empréstimos comerciais e observância da disciplina fiscal”, disse.

Recordou que o Governo adoptou recentemente uma nova legislação para tornar mais atractiva o investimento privado em Angola, incluindo benefícios fiscais, acrescentando estar em curso um programa de reabilitação de infra-estruturas para assegurar a circulação nas vias de comunicação em todo o país. Sublinhando que as perspectivas económicas em Angola são boas, o ministro apelou à assistência bilateral para fazer face as dificuldades financeiras a curto prazo, incluindo a redução da dívida. “Se conseguirmos alcançar um entendimento básico com os nossos principais parceiros comerciais nesta matéria, Angola será, definitivamente, um bom lugar para se viver tanto para os investidores como para os angolanos”, concluiu.

José Pedro de Moraes, que vai permanecer em Londres até sexta-feira a convite das autoridades britânicas, tem estado a abordar com os seus interlocutores a reforma económica, boa governação e as relações de Angola com as instituições financeiras internacionais, bem como as oportunidades de comércio e investimentos, no âmbito dos novos desafios de desenvolvimento em Angola.

Estes assuntos estiveram na manhã de ontem no centro de um outro encontro que Pedro de Moraes manteve com o ministro britânico do Desenvolvimento Internacional, Hillary Ben, ao qual solicitou apoio para a reconstrução, pois, constitui o principal desafio de Angola.

1.2 Ministro das Finanças ralha com instituidor da bolsa de valores

Semanário Angolense...24/04/04

O Semanário Angolense soube de fonte oficial que o ministro das Finanças, José Pedro de Morais, chamou a atenção do coordenador do Núcleo de Preparação do Mercado de Capitais, Cruz Lima, para o facto de este poder estar a criar falsas expectativas ao anunciar a implantação da Bolsa de Valores de Angola (Bva) ainda este ano.

A fonte não revelou em que termos José Pedro de Morais admoestou Cruz Lima, mas disse que a instituição desse mercado é um projecto do Governo, onde se entende que a economia não está, ainda, suficientemente «organizada» para a implantação formal de negócios dessa natureza.

A nível do Governo compreende-se, além do mais, que a transacção de valores deverá dar-se em resultado de iniciativas do próprio mercado, algo em relação ao qual já se colocam dúvidas depois da experiência obtida com os Títulos do Banco Central (Tbc), um «expediente» tido como bem sucedido quando se olha para o volume de transacções observado ao longo de certo período, porém deficiente em muitos dos seus aspectos técnicos. Os Tbc estão impregnados de um «handicap» que aparenta não ser de fácil solução, como é o facto de o BNA ficar com 30 por cento do seu valor se for transaccionado antes dos sete anos de maturação, números que o mercado considera excessivos, mas sobre os quais as autoridades não cedem, resultando tudo isso numa enorme rejeição desses valores.

Na verdade, disse a fonte oficial, o Governo encara a criação do mercado de capitais ao cabo dos próximos cinco anos. Isso, desde que hajam indicações de procura e oferta de valores.

O Semanário Angolense confrontou o Núcleo de Preparação do Mercado de Capitais para apurar os factos da implantação de tal mercado, tendo escutado de Zacarias da Conceição Neto, um consultor desses serviços, a reafirmação das intenções da sua implantação este ano.

Esta última fonte definiu a actual fase do processo de implantação do mercado de capitais como aquela em que se esteve a fazer o «enquadramento legislativo», do que na terça-feira, 13, resultou concluído o Anteprojecto de Lei dos Valores Mobiliários, que deve ser submetido ao Conselho de Ministros para adopção governamental.

Nesse processo trabalharam dezenas de técnicos angolanos auxiliados por consultores brasileiros, que além de terem projectado tal lei, que regula a transacção de valores mobiliários, estiveram a compatibilizar o seu conteúdo com o da Lei das Instituições Financeiras, que regula o crédito.

Desde que a lei seja adoptada pelo Governo, o passo seguinte consistirá em «aguardar orientação superior» para a instituição do mercado de capitais, segundo indicou Zacarias Neto, mas de acordo com o que foi declarado pela fonte oficial previamente contactada pelo Semanário Angolense, nenhum desses factos terá o desenvolvimento esperado na instância que está a dinamizar o processo de instauração desse mercado.

Zacarias C. Neto considerou, entretanto, haverem indicações de que o Governo aprove a Lei dos Valores Mobiliários antes do fim do ano, tal como se espera. «A indicação básica», disse, «é o processo de privatização em curso. Uma bolsa de valores há-de permitir a transparência desse processo, a capitalização das empresas e a disseminação da propriedade».

«Pode-se concluir que esse processo haverá de ajudar a combater a pobreza em Angola», declarou Zacarias C. Neto, que tendo respostas académicas para esse problema, não tem em conta os aspectos políticos considerados pelos governantes, como é o facto da maior parte dos angolanos não poder, ainda, habilitar-se para as transacções bolsistas com base nos seus rendimentos.

Zacarias C. Neto lamentou o facto de Angola ser uma das três únicas economias da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC) que não possui um mercado de capitais, apesar de pressões dos seus parceiros comunitários feitas no sentido da instauração desse mercado.

1.3 Rivalidades entre empresários estrangeiros podem estar na origem dos assassinatos

Semanário Angolense...24/04/04

As investigações até agora efectuadas aos assassinatos de um empresário indiano e de um professor britânico, em Fevereiro último, em dois hotéis da capital angolana, nomeadamente o Presidente Meridien e o Avenida, ainda não produziram resultados definitivos sobre quem são os autores materiais desses homicídios. Na verdade, ainda estão longe disso. Contudo, a avaliar pelo conteúdo de um relatório produzido até ao momento, e ao qual o Semanário Angolense teve acesso, os investigadores estão fortemente persuadidos de que, na sua concepção, estes crimes terão provavelmente a ver com uma guerra entre grupos empresariais concorrentes – particularmente indianos – com interesses no nosso país.

Embora prematuros, dados preliminares sugerem a probabilidade de existir uma relação entre ambos os homicídios. Suspeita-se que Ashuani K. Puri, o empresário indiano, terá sido eliminado a mando de outros homens de negócios indianos que viam os seus

interesses em Angola ameaçados pela actividade daquele. Quanto à morte de Mark Lansford Hamilton, britânico ao serviço da Norsk Hydro, empresa norueguesa onde era professor de língua inglesa de cidadãos angolanos, apesar de aparentemente ser atribuída a razões passionais, os investigadores tendem a considerá-la um artifício para despistar o crime ocorrido no quarto 1907 do hotel Presidente Meridien, onde Ashuani Puri foi encontrado, na manhã do dia 13 de Fevereiro, com os pés atados e tapados com um cobertor. Duas madrugadas antes de Mark, por sua vez, ter sido «apagado» no quarto em que vivia, no Hotel Avenida, na baixa Luandina, aparentemente por alguém do seu círculo de amantes homossexuais. Está provado que o quarto de Mark era essencialmente frequentado por elementos do sexo masculino – muitos deles seus alunos – e raramente por mulheres. O estatuto de Ashuani Puri e o volume de negócios que vinha desenvolvendo em Angola, bem como o nível de contactos e acessos que mantinha com entidades nacionais empresariais e institucionais, podem ter sido encarados como demasiado incómodos para os seus concorrentes no nosso país, com destaque para investidores sul-africanos, indianos e libaneses. Relativamente aos interesses económicos que o empresário indiano assassinado mantinha em Angola, constatou-se, em primeiro lugar, que ele possuía uma fábrica de botas (já concluída) e uma outra de produção de fardamento (em fase de conclusão) na antiga Textang II, na zona do Kikolo, em sociedade com a Casa Militar. Puri tinha ainda contactos avançados, com interlocutores do Governo e da Banca angolanos, para viabilizar a concessão de créditos ao nosso país por instituições financeiras da Índia. Nesse âmbito, já haviam sido logrados contratos com empresas angolanas, nomeadamente com a Mecanagro (avaliado em USD 25 milhões) e com a Ene (no valor de USD 35 milhões). Tais contratos seriam financiados através de uma linha de crédito do Governo de Angola na indiana Exim Bank, para cuja efectivação já existiam contactos permanentes com os administradores das empresas angolanas.

O empresário indiano era, por outro lado, referenciado como alguém que esteve vinculado a grandes negócios de cariz internacional: detinha 75 por cento das acções de um outro banco indiano, o Krishna Bank, com 103 sucursais espalhadas pelo mundo e com perspectiva de abertura de mais outras doze, até Maio do ano em curso. Ainda este ano, esta entidade bancária indiana solicitou autorização do banco central indiano para abrir dependências em quatro países – Gana, Sudão, Afeganistão e Moçambique. Neste último, Ashuani Puri assinara um contrato, para a electrificação da região da Zambézia, orçado em vários milhões de dólares americanos. Ainda assim, numa primeira busca aos

arquivos da Agência Nacional de Investimento Privado (Anip, organismo para onde são canalizados os projectos de investimento estrangeiro no nosso país), constatou-se não existir nada cadastrado em nome de Ashuani Puri. De igual modo, em torno dos bancos comerciais não se determinou, até ao momento, a existência de contas bancárias tituladas pelo malogrado empresário indiano ou de empresas em que tenha estado vinculado.

Forte sinal de uma eventual ligação do assassinato do empresário indiano a motivações empresariais está na fábrica de botas que já está em plena actividade, bem como na de fardamento, em vias de instalação. A investigação está fortemente persuadida de que a consumação destes empreendimentos colide com interesses de importadores destes géneros de mercadorias e, concomitantemente, com os de comissionistas que geralmente intermedeiam as transacções de tais produtos para o nosso país.

Os investigadores chamam a atenção para o facto de que a importação de produtos militares em Angola sempre foi algo bastante controverso. «Muita gente sempre lutou para que, internamente, não tivéssemos capacidades de produzir estes meios», consideram. E acrescentam: «Ao serem consumados todos estes projectos, acabar-se-ia com as importações, [o que] levaria a que os comissionistas [perdessem] estes negócios».

1.4 Diagnóstico-Petróleo deve ser revelado

Independente...24/04/04

Ninguém ainda prog-nosticou qual será a reacção do governo da ousadia do ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, propor a publicação do relatório final sobre o diagnóstico do sector do petróleo, elaborado pela multinacional KPMG. O alegado documento, contem, segundo Moraes, cerca de 30 recomendações e estará disponível na Internet, tão logo seja aprovado pelo órgão colegial Angolano. No entanto, o governo tem sido pressionado para que os negócios do petróleo sejam tornados públicos. A Nigéria, segundo se soube, fa-lo-á nos próximos tempos. O informe, a ser divulgado, resultará de um trabalho de auditoria financeira efectuada pela KPMG, Uma empresa especializada nestas matérias, contratada pelo estado Angolano, em Novembro de 2000, com o apoio do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. O propósito foi a de efectuar um diagnóstico financeiro e criar um sistema de monitorização das receitas petrolíferas do Estado. A forma como as autoridades do país têm geri-do a massa proveniente da exploração do ouro negro tem levantado muitas especulações interna e externa-mente. Há mesmo vozes que admitem

as receitas têm servido para enriquecimento ilícito de alguma elite política. Instituições internacionais e ONGs com algum peso no mundo não poupam esforços no sentido de pressionar o executivo a revelar o destino do dinheiro. Na mesma situação estão, igualmente, as companhias petrolíferas que operam em Angola. Todos esses questionamentos batem-se pelo facto do governo solicitar apoios da comunidade internacional para a reconstrução do país e fazer face a outros compromissos quando o país tem recursos que, bem geridos, podiam equacionar algumas dificuldades. Tony Blair, primeiro ministro do Reino Unido lançou a iniciativa “Transparência na indústria extractiva”. Comentando, o titular da pasta das Finanças diz que Angola encara a mesma com muita seriedade, estando, neste momento, a estudar todos os elementos e suas implicações para que ninguém (...) saia prejudicado. Na intervenção que fez, em Londres, o ex-ministro do Planeamento clarificou também algumas situações relativas a intensificação do diálogo com o FMI para a monitorização da economia angolana, as negociações com a Open Society que, segundo suas palavras “entraram na fase final”. Outro assunto que tem levantado especulações é o recente crédito disponibilizado por China a Angola. O fim da guerra, justificou Morais, conduziu o país a várias mudanças nos domínios político e económico. Outras considerações foram feitas pelo homem da Mutamba. A estabilização macro-económica, consubstanciada no reforço da disciplina fiscal, redução da inflação e estabilidade cambial.

1.5 Angola implementa programa do FMI este ano

Jornal de Angola...25-04-2004

O Governo deverá implementar um programa monitorado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir de finais de Julho próximo, segundo anunciou o ministro angolano das Finanças, José Pedro de Morais, em Londres (Reino Unido). Falando à imprensa no final de uma visita ao Reino Unido, Pedro de Morais disse, sexta-feira última, que um acordo formal com o FMI poderá ser assinado o mais tardar em Janeiro de 2005. “O acordo com o FMI vai restaurar a nossa credibilidade total em relação ao mercado financeiro, uma das principais razões pelas quais lutamos por este acordo, porque, a concretizar-se, teremos os nossos recursos petrolíferos para as gerações futuras”, salientou. Na sua permanência de uma semana, o ministro disse terem sido registados progressos nos dados macro-económicos, que o FMI considera de “pobres e insuficientes”, e na transparência em termos de fluxos financeiros provenientes do petróleo. O FMI opõe-se aos empréstimos com garantia do petróleo, tal

como um acordo de 2 biliões de dólares assinado com a China e um outro no mesmo valor rubricado com um sindicato de bancos estrangeiros liderados pelo “Standard Chartered”, que servirá para saldar a dívida com Portugal, cobrir o défice do orçamento do Estado e investir na Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol). Entretanto, Pedro de Morais disse que o Governo está autorizado pelo Parlamento a contrair financiamento externo necessário para cobrir o défice fiscal e tem utilizado uma política prudente de endividamento externo. “Por isso, o nosso compromisso com o FMI diz respeito ao tamanho do défice fiscal e ao rácio da dívida externa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Se estes indicadores continuarem dentro das margens razoáveis, estaremos bem e dentro dos limites”, esclareceu. Relativamente à iniciativa sobre Transparência na Indústria Extractiva, liderada pela Grã-Bretanha, o governante angolano disse que Angola iria aderir caso tivesse a certeza de que ela não iria prejudicar a estabilidade dos contratos do país com as companhias internacionais, por força de algumas cláusulas confidenciais. Todavia, o Governo angolano vai, segundo o ministro, em tempo oportuno, aderir à iniciativa, já que muitos dos elementos dela constantes já estão a ser implementados, tais como o quadro completo das receitas, a produção e lucros da indústria no ano passado. José Pedro de Morais sublinhou ainda que vai propor ao Conselho de Ministros a publicação, no próximo mês, do relatório final sobre o diagnóstico do sector petrolífero elaborado pela empresa de consultoria KPMG. No que concerne às perspectivas económicas em Angola, Pedro de Morais anunciou que nos próximos cinco anos deverão ser investidos mais de 50 biliões de dólares no sector petrolífero, ao passo que a produção de diamantes vai triplicar para 15 milhões de quilates até final de 2005, rendendo aos cofres do Estado mais de um bilião de dólares. Durante a sua estada em Londres, o governante angolano informou aos seus interlocutores aspectos ligados à reforma económica, à boa governação, às relações de Angola com as instituições financeiras internacionais, bem como as

2.0 EDUCAÇÃO

2.1 Ano académico inicia na UAN com espectro da greve

VOA...19/04/04

Os trabalhadores docentes e não docentes da Universidade Agostinho Neto poderão começar o ano académico 2004/2005 com a observância de uma greve pelo facto do governo não ter cumprido com as exigências do caderno reivindicativo que já dura há

mais de três anos.

Depois do prazo da interpolação da greve ter terminado em Dezembro de 2003, sem qualquer resposta satisfatória do governo, os sindicatos dos trabalhadores da universidade pública aguardavam apenas pelo início do ano lectivo para decidirem pela manutenção ou não da greve. Segundo Carlinho Zassala, secretário-geral do sindicato dos docentes universitários, desde que os sindicatos deram um sinal de boa vontade, ao interpolarem a greve, nunca houve da parte da entidade patronal, representada pelo Ministério da Educação, qualquer iniciativa de se conversar para resolução das reivindicações. Ainda assim, os sindicatos enviaram, em Dezembro, uma carta ao governo recordando a existência de uma greve interpolada e das condições para o seu levantamento, facto que recebeu como resposta um silêncio absoluto. “...o nosso relacionamento com a entidade patronal que é o governo ate ao momento ainda não melhorou porque desde que nós interpolamos a greve em Agosto de 2003, prazo que terminou a 31 de Dezembro, não tivemos nenhum encontro com a entidade patronal. Entretanto, como estávamos num período de férias e também ocupados com os exames de aptidão nas faculdades não foi possível realizarmos uma assembleia de trabalhadores. Mas, a partir do momento em que as aulas arrancarem já estaremos em condições de convocarmos uma Assembleia e decidirmos pelo futuro da greve...”

Os sindicatos continuam a defender uma actualização salarial fora do esquema da função pública, melhoria das condições de trabalho, a criação de bolsas de estudo internas, a adesão a convenção de Arusha, e a construção das cinco cidades universitárias capacitadas para albergar cerca de 60 mil estudantes. Em relação à exigência salarial feita pelos sindicatos, o governo por intermédio do Ministério das Finanças, havia respondido que ao aceitar as propostas apresentadas provocaria um défice orçamental de cerca de dois biliões de dólares no Orçamento Geral do Estado. Carlinhos Zassala apela a sociedade a ter em conta os esforços levados a cabo pelos sindicatos que num gesto de boa fé decidiram em Agosto de 2003 interpolar a greve dando mais tempo a entidade patronal para resolver o problema, facto que na prática não teve resultados. “...Penso que nós os sindicatos demos provas de patriotismo e se a sociedade continuar a condenar-nos será sem razão. Nós demos provas de que não somos amantes da greve ou anti-patriotas mas, pelo contrário demos boa vontade ao interpolarmos a greve. Mas, se pelo silêncio da entidade patronal nós voltarmos a mais uma paralisação, então a parti daí a sociedade civil fará uma leitura objectiva para saber de facto o que estará na origem das greve no nosso país...” Entretanto, o ano académico 2004-05 na

Universidade Agostinho Neto (UAN) foi aberto nesta segunda-feira, em Luanda, com uma cerimónia marcada pela entrega de diplomas aos estudantes que concluíram a licenciatura e pelas intervenções de representantes da Reitoria, governo e de estudantes. A Associação dos Estudantes do Ensino Superior também aproveitou a abertura das aulas para apelar ao governo a resolver de uma vez para sempre as reivindicações dos docentes e não-docentes da única universidade pública do país de forma a se evitarem novas paralisações.

2.2 Ao Presidente da República e ao Parlamento

Semanário Angolense...24/04/04

A Educação em Angola debate-se com inúmeros problemas, ao que se sabe, por falta de verbas suficientes para fazer face às necessidades do sector, que não são nada poucas. A solução, como também é sabido, passa em primeiro lugar por uma maior cabimentação de verbas do OGE ao sector e a sua disponibilização atempada e descentralizada.

Isto permitiria que se implementasse efectivamente a gratuidade no ensino, conforme vem plasmado no artigo 7.º da Lei de Base do Sistema de Educação. Porém, este direito das crianças nem sequer está já regulamentado, que quer dizer que tudo o que se diz não passa de mera intenção. De resto, o que acontece na prática (cobrança de valores para matrículas, provas e equipamento escolar, entre outras) é penalizante para muitos encarregados de educação, sobretudo os de baixa renda. Em face disso, um conjunto de organizações da sociedade civil que se convencionou denominar de Coligação «Ensino Gratuito Já», tem estado a lutar, desde 2001 para que o quadro venha a ser invertido, através de campanhas de advocacia social para que as crianças desfrutem da isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas e equipamento escolar. Só isto permitirá que se alcance as metas do programa «Educação Para Todos até ao ano 2015», que o governo não se farta de alardear. Assim, aproveitando a comemoração da Semana Mundial da Educação, que hoje (sábado) termina, a Coligação entendeu dar um toque de originalidade à campanha pela gratuidade no ensino, ao solicitar a duas crianças que escrevessem ao Presidente da República e ao Parlamento sobre os problemas que realmente encontram nas suas escolas. Segundo um responsável pela campanha, as cartas dos meninos (um de Benguela e outro de Luanda) serão enviadas a estas instituições do país no original. E para conferir, aí estão elas.

2.3 Jovens exigem ao Governo criação de bolsas internas

Jornal de Angola...28/04/04

O Movimento Estudantil Angolano (MEA) e a organização juvenil da UNITA querem que o Governo institucionalize o sistema de bolsas internas para apoio de estudantes de famílias de baixa renda.

A conclusão saiu do encontro bilateral, realizado na sede da UNITA, em Luanda, e que abordou “A problemática do ensino em Angola”.

No comunicado final apresentado à imprensa por José Leite Van-Dúnem, da Jura, os jovens querem a criação de mecanismo de controlo e denúncia de casos de corrupção, a subvenção dos passes de estudantes no acesso aos transportes públicos e a capacitação constante do corpo docente no que toca a reforma educativa.

Acréscimo das verbas do Orçamento Geral do Estado para o sector da educação, a garantia de distribuição gratuita de material escolar e a criação e apetrechamento de bibliotecas escolares constam igualmente do rolo de necessidades daqueles jovens que vão encaminhar as suas conclusões às autoridades afins.

3.0 HIV/SIDA

3.1 Africanos indecisos sobre recursos para combater Sida – Inquérito

Ebonet.net...10/04/04

O estudo, que ouviu mais de 23.000 inquiridos sob tutela do Instituto para a Democracia na África do Sul.

Os africanos parecem indecisos sobre a necessidade ou não dos seus Estados desviarem os seus recursos de outras prioridades para combater o HIV/SIDA, segundo um recente estudo. Da autoria de um projecto apertado de pesquisa designado por “Afrobarometer”, o estudo abrangeu 15 países africanos. Considera que os africanos comuns ainda não compreenderam o verdadeiro significado social, económico ou político da Sida já que as pessoas pobres relegam a questão da Sida para o segundo plano atrás de preocupações mais imediatas como emprego e fome. De acordo com a mesma análise, muitas são as pessoas que, especialmente na África oriental e austral, ou já perderam os seus familiares ou amigos por causa da Sida ou sofreram os encargos da Sida cuidando dum familiar doente ou órfãos. O estudo, que ouviu mais de 23.000 inquiridos sob tutela do Instituto para a Democracia na África do Sul, do Centro para o Desenvolvimento Democrático no Gana e da

Universidade estadual de Michigan, visou medir a atmosfera social, económica e política nas sociedades em transição na África ocidental, oriental e austral. Instado a mencionar os três principais problemas que os seus países enfrentam — os 15 países cobertos — apenas um em cada 10 inquiridos (11 por cento) citou a Sida. No Botswana, 30 por cento dos inquiridos disseram que a Sida devia ser considerada uma questão prioritária, ao passo que no Gana apenas três por cento o disseram. O inquérito indica que na África oriental, 85 por cento de ugandeses e 66 por cento de quenianos disseram aos entrevistadores do Afrobarometer que tinham perdido pelo menos um amigo ou familiar pela pandemia. Na África austral, três quartos de zambianos (74 por cento) e sete em cada 10 Namibianos (71 por cento) e seis em 10 malawís (57 por cento) disseram terem perdido alguém.

Os números para a África ocidental foram geralmente considerados baixos, oscilando de um em cinco ganenses (19 por cento) a um em 10 nigerianos (11 por cento).

A pesquisa notou que a pobreza constituía um dos factores que influenciam o conceito que as pessoas têm do problema do HIV/AIDS.

3.2 França: 300 mil Euros para combater a sida na África Ocidental

Jornal de Angola...17/04/04

O projecto consiste em instalar em Cotonou, Abidjan, Niamey e Dakar quiosques destinados a reforçar o combate à doença.

Com efeito, cerca de 300 mil euros foram disponibilizados pela ONG francesa “Equilíbrios e Populações” para financiar um programa de luta contra a sida no Benin, Costa do Marfim, Níger e no Senegal, soube-se esta semana de fonte associativa em Paris. Segundo Aurlie Gal, encarregue dos programas da “Equilíbrios e Populações”, o projecto consiste em instalar em Cotonou, Abidjan, Niamey e Dakar quiosques destinados a reforçar as associações de jovens da sub-região nas suas actividades de combate a sida. Os quiosques serão lugares polivalentes onde os jovens que pretendam comprar uma sandes ou uma bebida poderão ser sensibilizados contra o hiv/sida. “O objectivo para nós é lutar contra a doença pela mudança de comportamento”, declarou Gal à Agência PANA. Além disso, Gal salientou que os referidos quiosques, a serem geridos pelas associações nacionais dos quatro países, abrirão as suas portas a partir de Outubro próximo. As associações encarregues da execução deste programa já foram escolhidas no Benin, Costa do Marfim, Níger e no Senegal, disse lembrando

que uma reunião de trabalho recentemente realizada em Abidjan permitiu estudar os últimos pormenores do projecto. A ONG francesa perspectiva também alargar a experiência dos quiosques nas cidades interiores dos países pilotos e experimentá-los noutras capitais africanas. “O nosso objectivo é expandir rapidamente a estratégia dos quiosques nas cidades do interior no Benin, na Cote D’Ivoire, no Niger e no Senegal. Vamos reproduzir depois a experiência na Guiné no Malawi, no Tchad e no Togo”, prometeu Aurelie Gal. A estratégia dos quiosques foi, recorde-se, experimentada na Cote D’Ivoire, o país mais afectado pela pandemia na África ocidental, pela associação “Legião de Honra” que obteve pelas suas actividades de luta contra a Sida um financiamento de 100 mil euros da câmara municipal de Paris.

4.0 GOVERNAÇÃO

4.1 Governo está preocupado com a “débil situação” das populações

Angop...22/04/04

O primeiro-ministro angolano, Fernando da Piedade Dias dos Santos, disse quarta que o Governo continua preocupado com a “débil situação sócio-económica” em que ainda se encontram as populações, tendo por isso apelado a uma conjugação de esforços de todos os seus parceiros para se ultrapassar esta situação. “Os desafios que temos pela frente (...) requerem esforços conjugados entre o Governo, a sociedade civil, entidades religiosas, agências das Nações Unidas, parceiros bilaterais e multilaterais”, disse, ao discursar na abertura da “consulta pública sobre o plano nacional de educação para todos”. A conferência, que decorre em Luanda até ao próximo sábado, é uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com a UNESCO. O primeiro-ministro realçou que uma vez alcançada a paz, é chegado o momento de todos se debruçarem sobre as grandes questões que se prendem com o desenvolvimento de Angola, a começar pelo sector da educação, que constitui um dos seus principais pilares. Neste sentido, disse que o “plano de acção nacional de educação para todos”, concebido pelo governo, insere-se na estratégia que definiu para a melhoria do sistema de educação e promoção do desenvolvimento humano até ao ano de 2015. Fernando da Piedade não deixou, contudo, de reconhecer que a educação, no país, “encontra-se numa situação preocupante”, pelo que urge “agir com celeridade, porque é urgente mudar o actual estado das coisas”. A educação e o ensino, “um direito fundamental que assiste a todo o cidadão”, devem ser de qualidade, devendo os seus níveis situar-

se aos padrões universalmente aceitáveis, e serem factores que contribuam para o melhoramento da qualidade de vida dos angolanos, referiu. Assim, recordou que no quadro das políticas educativas em vigor, o país dispõe de instrumentos como o programa “escola para todos”, a “lei de bases do sistema de educação” e a “estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação 2001/2015”.

Neste sentido, o primeiro-ministro apelou para que estes instrumentos sirvam de base para reflexão nesta conferência. Também sugeriu a formação de professores em línguas nacionais, por formas a fazer-se chegar o ensino às zonas rurais, para a redução progressiva do analfabetismo no país e o encorajamento do ensino bilingue, para a preservação dos valores culturais nacionais. “Os nossos jovens devem ter garantias de acesso equitativo ao ensino, um ensino que se quer de qualidade”, sublinhou o primeiro-ministro, para quem “é chegada a altura de nos empenharmos para garantir aos cidadãos uma educação com qualidade, que se traduza no desenvolvimento individual e colectivo”.

4.2 Savimbi teria sido poupado se a outra parte quisesse

Semanário Angolense...24/04/04

Doze anos depois de ter abandonado Angola, rumo a Portugal, onde se exilou, Simão Cacete, antigo candidato às eleições presidenciais, volta ao seu chão natal. Não para assentar arraiais, mas para medir a pulsação do país, visitar familiares e amigos, e contactar a direcção da Frente para a Democracia, FpD. Há semana e meia em Angola, anda solto pelas ruas de Luanda; mergulha na política doméstica, tendo inclusive proferido uma palestra na terça-feira, 20, na Uea, sobre «Os Passos necessários para um processo eleitoral credível». Tempos novos, estes sem dúvidas. Dois anos depois do país ter alcançado a paz militar, já não receia pela sua vida, até porque «o cenário, agora, é muito diferente do que aquele que se viveu na altura». Desapontado, constata que muito há ainda a fazer para que «a paz civil» seja instalada, e que os sinais da reconstrução de Angola «são débeis». O político que, na ressaca das escaramuças de 1993, figurava entre os «alvos eleitos pela violência que se seguiu ao processo eleitoral», recorda, nesta entrevista ao *Semanário Angolense*, com uma ponta de tristeza, o drama que viveu, naquela altura: «fui impedido de viajar, ao ser retirado de um avião, e exonerado das minhas funções profissionais». Para a memória colectiva, fica registado o encontro «histórico» que este engenheiro electrotécnico, de 49 anos, manteve dias depois das eleições, no Huambo, com o defunto presidente da UNITA; um encontro, rodeado de peripécias e

episódios caricatos de permeio, que, mais tarde, lhe poderiam ter sido fatais... Inconformado com as especulações geradas, hoje não poupa críticas «às manipulações que foram feitas pela comunicação social», em torno desse «affair» com Jonas Savimbi. Sobre o encontro, justifica que se tratou de «uma discussão entre dois cidadãos que tinham preocupações em relação ao momento que, então se vivia». Confessa que fora em busca da paz «no sentido de evitar a catástrofe iminente que se desenhava»...

O quadro político que Angola atravessa já não constitui nenhum perigo para a minha vida. O cenário agora é diferente em relação àquele que se viveu há doze anos

SA- A que se deve esta sua vinda a Angola, doze anos depois de ter abandonado o país?

SC- Esta visita tem um carácter pessoal e familiar, mas também tem por objectivo estabelecer contactos com os companheiros do meu partido. Ela visa constatar no terreno o momento político e social do país, à luz do cenário de paz que o país vive.

SA- Tem andado à-vontade e, pelos vistos, já não receia pela sua vida...

SC- Neste momento, o quadro político que Angola atravessa já não constitui nenhum perigo para a minha vida. O cenário, agora é diferente em relação àquele que se viveu há doze anos!

SA- Afinal, quais foram as verdadeiras razões que o levaram a exilar-se?

SC- As razões que levaram a estabelecer-se no estrangeiro envolveram um conjunto de acções persecutórias que me atingiram e que colocavam em perigo a minha vida. Embora a memória das pessoas seja curta, quero, apenas recordar : fui impedido de viajar, ao ser retirado de um avião, e exonerado das minhas funções profissionais, para além de outras acções de pressão que sofrera, na altura. As pessoas não devem esquecer que estava entre os alvos eleitos pela onda de violência que se seguiu ao processo eleitoral...

SA- Como encontrou Angola em dois anos de paz?

SC- Infelizmente, os sinais visíveis são débeis se comparados à dinâmica que se criou em 1991, após a assinatura dos acordos de Bicesse. Depois dos Acordos do Luena, as expectativas criadas em torno da paz apontavam para um quadro favorável no sentido de que o país daria um salto quer no ponto de vista social e económico quer no plano político. Em relação ao plano político, nota-se a ausência de uma regularidade política, democrática e institucional. Quanto à recuperação económica e social do país, a reconstrução de infra-estruturas destruídas pela guerra carece de uma definição clara que conduza à sua rápida recuperação.

SA- Em seu entender, a que se deve esse marasmo?

SC- É claro que o Governo e o partido que o sustenta não têm estratégias e ideias claras sobre aquilo que pretendem fazer, mas continuam a jogar com um certo

oportunismo, que visa entreter os cidadãos, ao invés, de atacarem os problemas de fundo que o país enfrenta. O país continua envolto num lodaçal de escândalos que não têm soluções e, por incrível que pareça, as denúncias que são feitas não têm tido o acolhimento e o tratamento judicial que deviam merecer, o que era de se esperar num regime que se diz democrático... onde as instituições de direito deveriam accionar os processos investigativos no sentido de se apurar a veracidade dessas denúncias.

SA- Pretende com isto dizer que não existe uma independência do poder judicial em relação a outros poderes?

SC- Se a Procuradoria Geral da República (Pgr) perante as denúncias de desvios, não abriu, até à data, nenhum inquérito, julgo que isto é sintomático. Por se tratar de uma matéria que envolve desvios de fundos públicos, em qualquer parte do mundo, basta a existência deste género de denúncias para os órgãos competentes accionarem imediatamente os processos investigativos no sentido de se apurar a veracidade das acusações.

SA- Defendia em tempos que faltava à Angola alcançar a paz civil. Acha que existem sinais de que a paz a que se referia está sendo alcançada?

SC- Julgo que o melhor sinal para a leitura da paz civil passa pela retomada da vida normal do ponto de vista político, que tem a ver necessariamente com exercício da cidadania e a eleição dos nossos representantes nos órgãos do Estado. É claro que a paz deve ser construída no dia-a-dia, e ela comporta uma série de componentes quer do ponto de vista económico e social quer do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que devem ser alcançados, de contrário teremos sempre focos de conflitualidade que podem ser aproveitados por outros interesses que não aqueles que, efectivamente, mobilizam a nação. Há todo um percurso, um caminho, que terá de ser feito.

SA- A morte de Savimbi foi ou não a solução para a longa crise angolana? Acredita que se ela tivesse ocorrido mais cedo, a paz há muito teria sido alcançada?

SC- Não me parece que a questão deve ser colocada a partir dos factos ocorridos. Julgo que as soluções encontradas teriam sido achadas se tivesse existido vontade política, porque, em meu entender, as resoluções de conflitos, como aqueles que Angola viveu, não tenham necessariamente que assentar na eliminação física de líderes políticos.

SA- Considera ou não sintomático o facto da paz ter sido alcançada, depois da eliminação de Jonas Savimbi?

SC- A morte de Savimbi fragilizou naturalmente a UNITA, mas ela teria sido evitada se houvesse vontade política da outra parte... Estou em crer que as últimas declarações que Jonas Savimbi produziu antes de morrer, bem como as outras que foram produzidas

após o seu passamento físico, o próprio estava convencido que seria possível encontrar-se uma solução negociada... não sei se o desfecho seria assim tão rápido quanto aquele que se verificou, ou não...

SA- Definitivamente, não faz nenhuma ligação entre os dois acontecimentos...

SC- Aceitar fazer essa ligação é o mesmo que afirmar que os acordos de Bicesse não teriam sido possíveis ... O que é questionável saber se havia vontade das partes para se encontrar uma solução política. Quanto a mim, a solução da crise pareceu-me mais política do que militar.

SA- Como será Jonas Savimbi recordado na História de Angola? Que espaço lhe será reservado?

SC- Competirá aos historiadores e biógrafos encontrar o lugar que Savimbi ocupará na história de Angola...

4.3 Juiz pediu averiguações ao presidente

Semanário Angolense...24/04/04

Em 26 de Março de 2001, o juiz francês de instrução Phillipe Courroye dirigiu às autoridades judiciais angolanas uma carta rogatória solicitando a audição e a verificação de eventuais fundos bancários e outros que estivessem titulados pelo presidente José Eduardo dos Santos e sua filha Isabel, assim como mais que uma dezena de dignitários de sociedades empresariais angolanas e francesas.

A carta foi suscitada pelo alegado cometimento de crimes de lavagem de dinheiro, agravada cumplicidade, receptação, falsificação e utilização de documentos falsos, abuso de confiança, abuso de bens sociais, sonegação fiscal, tráfico de influência e outros factos. Essa carta rogatória foi tramitada através da embaixada francesa em Angola, o que resultou, entre as autoridades angolanas, na interpretação de que finalmente, a política externa francesa, estava ela própria, empenhada na cruzada judicial do juiz Courroye, ao contrário das alegações de inconstitucionalidade avançadas pelas autoridades daquele país.

As autoridades angolanas, foram entretanto, tranquilizadas por uma outra carta que o juiz Courroye enviou às autoridades francesas, dando conta de que nenhum dignitário angolano estava a ser criminalmente perseguido na França ou na Suíça, nem por tráfico de armas, nem por crimes de corrupção.

Aliás, quando a questão da regularização da dívida angolana para com a Rússia (um dos factos mais marcantes desse processo), ficou solucionada na Suíça a favor da Rússia, de Pierre Falcone e Arcadi Gaydamak, em Outubro do ano passado, as partes não incluíam pessoas ou organizações angolanas nem entre os apelantes, nem entre os apelados.

4.4 MPLA e ONG discutem problemática sobre a Pátria

Independente...24/04/04

Por forma a permitir uma discussão ampla e aberta à volta das questões ligadas às actividades das associações não governamentais nacionais e estrangeiras que operam no país, o Gabinete para a Cidadania e Sociedade Civil do Comité Central do MPLA escolheu o período compreendido entre 22 a 23 do corrente para a realização de um Workshop subordinado ao tema “A Pátria, a Sociedade Civil e as ONG”.

A acção, segundo nos foi dado a conhecer pela Dra. Carolina Cerqueira, directora do referido gabinete, está enquadrada no âmbito das directrizes que o partido dos “camaradas” traçou no seu último congresso. Para a Dra. Teresa Coen, assessora permanente do projecto, algumas acções que se enquadram neste processo tiveram já o seu início, antes mesmo da realização do V congresso. “Como partido no poder, o MPLA está contínua e permanentemente a exercer as suas actividades, está atento às modificações que se operam na sociedade. Apesar de agora

se dar um certo dinamismo e protagonismo a essas acções, estas actividades vão continuar até que se atinjam os objectivos protagonizados e, como devem saber, estes objectivos fazem parte da Moção de estratégia do partido”. O encontro em causa visa traçar o quadro geral de inter-acção, cooperação e identificação dos problemas, bem como as vias que devem ser seguidas para “forçar” a participação do MPLA na senda da identificação nacional, do progresso e desenvolvimento sustentável. Trata-se da primeira de muitas iniciativas do género. “Num futuro breve, estas acções irão estender-se a outras províncias, sobretudo, nas áreas onde as actividades da ONG se fazem sentir de forma mais acutilante e onde é preciso dinamizar grupos sociais de interacção e interajuda às comunidades, para levar às pessoas o sentido de cidadania e como devem exercer uma cidadania actual e dinâmica na defesa dos seus próprios direitos e na defesa da soberania nacional”, frisou a Dra. Carolina. Para o evento, foi convidado um leque muito diversificado de participantes, com cerca de 10 dezenas oriundos de vários extractos, ONG nacionais e estrangeiras, de partidos políticos com assentos no Parlamento, personalidades públicas, entre outras. “Salientar que estão identificados alguns ministérios que participam do Workshop, sobretudo, os que estão virados para as áreas sociais, áreas preferenciais para as quais as ONG têm virado as suas preocupações ou programas completos e concretos”, disse Carolina

Cerqueira, acrescentando que “também convidamos as representações do sistema das Nações Unidas que são instituições dinâmicas e têm nos apoiado desde a independência”.

4.5 Dos Santos entre os mais influentes do petróleo no Golfo da Guiné

VOA...27/04/04

O presidente angolano José Eduardo dos Santos consta da lista das 100 personalidades mais influentes na Indústria Petrolífera do Golfo da Guiné, publicada recentemente pela firma norte americana MindBranch. O estudo surge na sequência do interesse que os Estados Unidos de America estão a manifestar em relação à região do Golfo da Guiné, onde já planificam importar num futuro próximo, mais de 25 por cento dos hidrocarbonetos desta região, contra os actuais 15 por cento. Para além do chefe de estado angolano constam também da lista o ministro dos Petróleos, Desiderio da Costa, o Presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Manuel Vicente, o Administrador da Sonangol, Syanga Abílio e o representante da Sonangol em Washington Ted Giletti. No ranking das pessoas com mais influência no sector petrolífero no Golfo da Guiné destacam-se ainda os presidentes Paul Biya dos Camarões, François Bozize da Republica Centro Africana, Idriss Deby do Tchad, Sassou Nguesso do Congo Brazzaville, Teodoro Mbasogo da Guiné-Equatorial, Omar Bongo do Gabão, Olusegun Obasanjo da Nigéria, e Fradique de Menezes de São Tomé e Príncipe. A lista inclui também companhias estatais e privadas, operadoras petrolíferas, bancos, consultores e advogados dos quais se destaca Paul de Sousa, consultor da KPMG Angola, e Administrador da KPMG África. Embora não tenham sido publicados os critérios que serviram para a avaliação, Paul de Sousa acredita o que seu nome consta desta lista pelo trabalho que a sua consultora tem feito junto dos governos dos países da região, dos quais se destaca um estudo diagnóstico ao sector petrolífero de Angola. Paul Sousa disse que a publicação dos estudos diagnósticos feitos pela KPMG, muito reclamada por vários sectores da sociedade civil angolana, e pela comunidade internacional, depende em exclusivo da vontade do governo angolano. De acordo com o aquele consultor, o trabalho da KPMG terminou com a apresentação do estudo ao cliente, no caso o governo angolano. “A divulgação ou não do resultado do trabalho depende do cliente. Por aquilo que sei, o governo já assumiu alguns compromissos em como vai divulgar o trabalho e eu não tenho razão nenhuma para não acreditar nesse intenção...” A KPMG tem escritórios em quase todos os países africanos da região

do Golfo da Guiné. A consultora tem estado a especializar-se em petróleo, tendo em conta a considerável procura dos clientes. Paulo Julião

4.6 Parlamento aprova condecorações e títulos honoríficos

CbellaPress...29/04/04

A Assembleia Nacional aprovou quarta-feira, em Luanda, um conjunto de diplomas que criam várias condecorações e títulos honoríficos, de iniciativa legislativa do Grupo Parlamentar do MPLA.

Deste modo, foram criadas as ordens de “Herói Nacional”, “Agostinho Neto”, “Independência”, “Combatentes da Liberdade”, “Mérito Militar”, “Mérito Policial”, “Paz e Concórdia” e do “Mérito Civil”. O MPLA propôs igualmente a criação das medalhas “11 de Novembro”, “Estrela da Liberdade”, “Mérito Militar”, “Mérito Policial”, “Paz e Concórdia” e “Bravura e do Mérito Cívico e Social”, cujos desenhos foram mostrados aos deputados, através de um projector. Durante os debates, alguns deputados pretendiam condicionar a aprovação das condecorações à aprovação dos futuros símbolos nacionais, alegando haver semelhança das cores com as de certas bandeiras de partidos políticos. Em resposta, o líder da Bancada Parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, defendeu que as condecorações e as medalhas foram concebidas dentro do contexto histórico, exemplificando a ligação entre a ordem de “Independência” com a medalha “11 de Novembro”.

“A Independência foi alcançada num determinado momento com aqueles símbolos e mesmo que os actuais venham a ser alterados, a Independência não será considerada a partir da altura que eventualmente se alterem os símbolos”, argumentou. Bornito de Sousa explicou, por outro lado, que quaisquer cidadãos ou instituições nacionais poderão propor a concessão ou atribuição das condecorações, através do gabinete do Presidente da República. Desta feita, o projecto que cria as condecorações e títulos honoríficos foi aprovado com 126 votos a favor, nenhum contra e 18 abstenções. Os deputados aprovaram igualmente o pedido da adopção da menor Ester Sofia, de dois anos de idade, pelo casal Rui Jorge Marques da Costa, director da Remar em Angola, e Maria Antónia Guerreiro de Almeida da Costa, missionária da mesma organização, ambos de nacionalidade portuguesa. A sessão ordinária da Assembleia Nacional, presidida pelo seu presidente, Roberto de Almeida, analisou ainda algumas questões internas a porta-fechada

5.0 SERVIÇOS BASICOS

5.1 ONG Canadiana constrói 500 chafarizes no país

Jornal de Angola...28/04/04

A Organização Não Governamental canadiana Development Workshop (DW) construiu 500 chafarizes nas províncias de Luanda e Huambo em 2003 e primeiro trimestre deste ano, informou o director de programas da instituição, Carlos Figueiredo. Segundo a fonte, as infra-estruturas foram erguidas em parceria com empresas provinciais de águas das duas províncias, visando a melhoria da capacidade local de distribuição desse líquido.

Na província de Luanda foram construídos 10 chafarizes no município do Cazenga, 20 em Cacucaco e 15 no Sambizanga, enquanto que no Huambo a DW ergueu 57 no município sede, 55 no Bailundo, 67 na Caála, 65 no Ekunha, 62 no Katchiungo, 47 no Londuimbali, 60 em Longonjo e 47 no Mungo.

Carlos Figueiredo informou que, para além dos chafarizes, foram construídas escolas do I e II níveis, latrinas e centros de alfabetização, nas províncias de Benguela, Luanda, Huambo, Huíla, Zaire e Bié, cujos números não foram revelados.

Nas construções, feitas em parceria com o governo provincial de Luanda, Save the Children, Care International, entre outras instituições, foram utilizados materiais locais.

Esses empreendimentos orçaram em cerca de 1.600.000 dólares. A Development Workshop (DW) está instalada em Angola desde 1981, em resposta a um convite do governo angolano.

5.2 Empresa portuguesa vai assessorar EPAL

Jornal de Angola...22/04/04

A Empresa Pública de Águas de Portugal (EP AP) vai assessorar a sua congénere de Luanda (EPAL) na gestão da rede de distribuição do líquido à capital angolana.

A informação foi ontem revelada à Angop pelo embaixador de Portugal em Angola, Esteves Xavier, explicando que esta acção está inscrita num acordo de cooperação existente entre ambos os países neste sector para 2004.

Segundo o diplomata, a assessoria vai consistir na reabilitação e alargamento da rede, no sentido de melhorar a sua gestão e tornar a EPAL auto-sustentável num curto espaço de tempo.

Explicou que à medida que Epal se torna auto sustentável poderá recorrer a financiamentos que garantam ainda mais o alargamento da rede e atingir um número nunca antes alcançado de consumidores que paguem os seus serviços.

Anunciou, igualmente, que empresas portuguesas vão desenvolver parcerias em Luanda nas áreas do tratamento de resíduos sólidos, para recuperação da parte baixa da cidade, bem como na reabilitação do património histórico.

O coordenador da Comissão de Gestão Administrativa de Luanda, Higinio Carneiro, solicitou recentemente, durante um jantar oferecido corpo diplomática, o apoio dos Países da União Europeia - (UE) na resolução dos principais problemas que afectam a cidade capital.

Higinio Carneiro apontou na altura a distribuição de água e energia eléctrica, a recolha e tratamento do lixo, bem como o alargamento dos serviços básicos de saúde como os principais problemas que afectam a província de Luanda.

5.3 Electrificação das fronteiras custa USD 64 Milhões

Jornal de Angola...14/04/04

Angola, Zâmbia, Lesoto e Namíbia investir 64 milhões de dólares norte-americanos na implementação de 24 projectos de electrificação das suas localidades fronteiriças.

O anúncio foi feito ontem, em Luanda, no final da reunião regional sobre a electrificação das localidades fronteiriças, realizada entre os dias 12 e 13 último.

Angola vai implementar cinco dos 24 projectos, devendo consumir 34 milhões de dólares, numa lista encabeçada pelo Lesoto com 15 projectos de electrificação.

A reunião de Luanda, que reuniu os produtores de energia eléctrica da região austral do continente, garantiu o seu apoio, não quantificado, para o projecto de electrificação da província de Cabinda a partir da barragem do Inga, na República Democrática do Congo.

A Empresa Nacional de Electricidade (ENE) está a desenvolver um projecto fronteiriço no Sul do país em parceria com a companhia de electricidade da Namíbia (Nampower) para a electrificação da zona fronteiriça dos dois países.

As companhias angolanas e Namibiana são igualmente parceiros num projecto para a electrificação da região austral que irá beneficiar, para além dos dois países, o Botswana, RDC e África do Sul, com uma capacidade inicial de geração de dois mil megawatt nos próximos tempos.

A Ene, de Angola, a Nampower da Namíbia, a LSE do Lesoto e a Zesk da Zâmbia participaram da reunião presidida pela Ene, vice-presidente da organização regional sobre electricidade. A cerimónia de encerramento foi feita pelo director geral da Ene, Eduardo Nelumba.

6.0 SITUAÇÃO HUMANITÁRIA

6.1 Fome aflige populações na Huíla e Bié

Independente...03/04/04

Centenas de famílias estão a alimentar-se de sementes distribuídas para a produção agrícola no município de Chicomba e na comuna de Bunjei, no interior de Chipindo.

Devido ao mau estado das estradas e pontes da região, a ajuda humanitária é irregular, e em muitos casos o apoio demora muito tempo a chegar a essas localidades.

Em pior situação está o município de Chicomba, iso-lado do resto da província. O director interino do Ministério de Reinserção Social reconheceu à Eclésia que a situação é difícil. “Não obstante o esforço do seu ministério e de algumas ONG, a fome ataca ainda muitas famílias”, referiu Lázaro Cândida. Chicomba e Chipindo localizam-se respectivamente a 200 e 300 quilómetros a nordeste da capital da província, Lubango. Situação semelhante vive-se no município do Cuemba, na província do Bié.

Segundo o administrador municipal, a crise alimentar vai agrava-se até à próxima estação agrícola. As populações das comunas de Munhango e de Luando são as que estão em situação mais aflitiva. As últimas chuvas que se abateram sobre a região causaram estragos às culturas de mandioca e de milho. Para conseguirem recursos que lhes possibilite comprar alguns alimentos básicos, os camponeses dessas localidades são obrigados a caminhar até à sede municipal do Cuemba, onde realizam alguns trabalhos.

Munhango dista 60 quilómetros do Cuemba junto da fronteira com a província do Moxico. Luando está à cerca de 90 quilómetros próximo da fronteira com a província de Malanje.

6.2 A triste herança da guerra

Actual...03/04/04

O país ainda tem meio milhão de deslocados

A guerra terminou há dois anos, mas, de acordo com o relatório da Unidade Técnica de Coordenação de Assistência Humanitária (UTCAH), ainda existem espalhados pelo país cerca de 450 mil e 694 deslocados de guerra. A grande maioria, 89 mil e 851, proveio da província do Bié, uma das cidades angolanas mais devastadas pelo conflito armado. Adelino Vunge, por exemplo, não veio do Bié, mas de Malanje, uma outra província que engordou o número de deslocados de guerra em Luanda. Há três anos que foi forçado a viver no campo do Gika, num estilo de vida que, desabafa, nem ao seu pior inimigo desejaria. Não faz, para ele, diferença alguma o facto de, há dois anos, o país ter alcançado a paz: «qual a diferença, se hoje pas-so tanta ou mais fome que ontem?», questiona-se. Ele nem sempre foi tão pessimista. Aquando da assinatura do memorando de entendimento, a 4 de Abril de 2002, «pensei que, com o fim da guerra estava aberto o caminho para uma nova fase na vida dos angolanos. Mas o tempo mostrou o contrário». António Ferraz, por sua vez, ainda chora quando se lembra do triste episódio que o fez abandonar o Huambo. Viu a sua residência ser destruída pela guerra. Hoje, lamenta, «vivo pior que um cão». Uma sina triste, sobretudo para alguém como ele, que já foi militar das FAA. «Dei a minha juventude para a defesa da pátria», diz. Adelino Vunge, demonstra porém, ao longo da conversa, uma preocupação que é comum à maioria das pessoas que, com ele, coabitam o campo de deslocados do Gika: a vontade de regressar à terra de origem. Se o fizer imitará a tendência de regresso voluntário protagonizado por muitos deslocados desde que a guerra terminou. Até 2002, Angola contabilizava quatro milhões de deslocados, uma cifra que, segundo as autoridades, reduziu quando três quartos deles resolveram regressar às zonas de origem. «Farto de promessas», Adelino Vunge diz que já tem tudo planeado. «Estou cansado de esperar, estamos, eu e a minha esposa, a juntar meios para regressarmos a Malanje». Quanto à Maria Cassole, passa os seus dias no campo a lutar para poder levar o mais exiguo pedaço de pão à boca. Aos 42 anos, diz que perde, pouco a pouco, a esperança de uma vida melhor. A guerra levou-lhe grande parte da família. Ela perdeu a perna direita, quando, em 2002, no decurso da Operação Restauro - que recuperou os bastiões da UNITA - accionou, no município do Andulo, uma mina anti-pessoal. Só não morreu por um triz, tal como ela conta. «Vontade de mudar a vida até tenho», garante, mas mostra a perna amputada para lembrar que a sua condição de deslocada e deficiente é um forte impeditivo para que possa lutar por um futuro melhor.

«Assim vivo da caridade alheia, de quem, nessa terra onde ninguém tem, quiser me dar um pouquinho».

Diz sentir muitas saudades do Bié, a sua terra natal. Só lamenta não dispor de meios financeiros para, num dia qualquer por mais longínquo que for, poder regressar.

6.3 Interdição de transgénicos ameaça programa do PAM

VOA...06/04/04

O PAM voltou a manifestar-se muito preocupado com a interdição de entrada em Angola de produtos geneticamente modificados, alegando que poderá comprometer a normalização da linha de abastecimentos de produtos, quando a lei entrar em vigor.

Esta preocupação inserida no relatório do OCHA em que se analisa a situação humanitária entre 8 e 21 de Março é reforçada com o facto de mais de três quartos dos recursos do PAM serem providenciados pelos Estados Unidos da América, país que introduz, geralmente, técnicas de modificação genética na produção agrícola. De acordo com o relatório do OCHA, o PAM afirma que as suas reservas alimentares começam a esgotar já em Junho do corrente ano, sendo necessárias com urgência contribuições adicionais na ordem dos 42 milhões de dólares americanos para cobrir os eventuais défices da linha de abastecimento e manter os níveis necessários de ajuda. A agência alimentar das Nações Unidas adverte que caso não haja esta contribuição, poderá ser forçada a cortar entre 30 e 50 por cento as rações de beneficiários assistidos em todo o país, limitando os programas comida-pelo-trabalho a 30 por cento e reduzindo o programa de merenda escolar dos 235 mil para apenas 45 mil estudantes concentrados em Benguela e Huambo. O PAM reportou que os restantes contentores de leguminosas e óleo vegetal foram finalmente desalfandegados pelas autoridades angolanas nos portos de Luanda e Namibe durante este período do mês passado. As 1,798 toneladas métricas de produtos estiveram retidas por mais de dois meses nas alfândegas, aguardando o pagamento das despesas portuárias pelos funcionários do governo.

Entretanto, lê-se no documento, para evitar uma possível rotura na linha de abastecimento, em Maio, o PAM diminuiu as rações de milho aos beneficiários no Huambo, agravada com a fraca qualidade dos produtos nos mercados locais, que confirmam os maus resultados da actual campanha agrícola.

Nesta província não se verificaram ainda casos de desnutrição, mas a vizinha Huíla vive momentos piores. De acordo com os resultados preliminares, a primeira campanha agrícola na comuna de Caconda é quase um

completo fracasso por causa dos danos causados pelas chuvas. A administração local e os parceiros humanitários estimam entre 80 e 90 por cento as perdas para as culturas de milho e quase 100 por cento para as de feijão, prevendo-se uma escassez alimentar grave nos próximos meses, numa altura em que foi registado um aumento nas taxas de desnutrição entre os beneficiários da distribuição alimentar geral no distrito de Gungue e um aumento do número de pessoas a regressar para os centros de alimentação terapêutica na vila de Caconda.

Enquanto isso, mas por outras razões, o PAM começou a suspender a ajuda alimentar aos deslocados internos antigos no município de Mussende, província do Kwanza-Sul. Os referidos deslocados beneficiaram da distribuição de sementes e utensílios durante as últimas duas campanhas agrícolas e criaram mecanismos de sobrevivência que lhes podem permitir viver sem depender da distribuição alimentar geral. O OCHA reporta no seu relatório rumores de conflito sobre a posse de terra na área do Km 25, em Cahala, município da província do Huambo. De acordo com fontes citadas pelo OCHA, o Governo está a privatizar a terra a favor de uma empresa que pretende desenvolver um projecto de produção de café, numa área recentemente reaberta para operações humanitárias.

De acordo com o mais recente relatório sobre o processo de reintegração divulgado pelo MINARS, existem 7,766 soldados desmobilizados na Província da Huíla, 841 mais do que o número esperado na província. Até agora, 6,228 receberam os seus subsídios e 1,538 soldados desmobilizados estão à espera do pagamento. No escopo do programa de reintegração, 345 indivíduos provenientes da UNITA estão presentemente integrados como professores e 442 enfermeiras estão agora no Departamento de Saúde. O IRSEM apresentou o Programa Geral para Desmobilização e Reintegração que começará no próximo mês nas províncias de Benguela, Huambo, Bié, Kuanza-Sul e Huíla. Dados fornecidos pelo IRSEM indicam que um total de 15,353 soldados desmobilizados foram registados na província do Bié até Março de 2004 e que aproximadamente 6,855 ex-militares já receberam kits de desmobilização e outros 2,851 receberam subsídios de contingência.

Foram incluídos 488 ex-militares na formação profissional básica realizada no Centro de Formação do Andulo, enquanto que um total de 2,315 foi reintegrado em instituições governamentais, 68 foram reintegrados em iniciativas privadas e 56 trabalham com as ONGs.

6.4 MPD investe na defesa dos direitos das mulheres

VOA...29/04/04

O MPD-Mulheres, Paz e Desenvolvimento, está a realizar em Luanda, um seminário Sobre “Mulher, Democracia, Voto Consciente”, “Participação da Mulher na Vida Pública e no Poder”, dirigido a mulheres das 18 províncias do país.

O MPD espera entre outros, dotar as mulheres de conhecimentos e formar comités para observância dos seus direitos. A Dra. Salomé Zola membro do MPD avançou para a Voz da America algumas das linhas de força desta associação.

“Os direitos humanos existem, mas estão sempre a ser violados, porque muita gente não conhece os seus direitos não sabe o que fazer, nem como defender os seus direitos. Por esta razão estamos a formar as mulheres que vão formar comités nas províncias”.

O dia-a-dia tem dado mostras de como a mulher tem sido a vítima. Salomé Zola disse que muitas vezes são violados e desrespeitados os direitos mais elementares. “Mesmo aqui em Luanda, há mulheres que não sabem a quem recorrer para se defender, não sabem o que fazer mesmo quando lhes retiram o direito de ganhar o pão. Isso faz doer o coração de uma mulher. Os homens não sabem que é com esse pão que ela alimenta os filhos. Ignoram isso. Elas estão desempregadas, na sua maioria são pobres, e só vendem para não deixar os filhos morrer”.

Salomé Zola disse ainda que a formação que estas mulheres estão a receber, vai servir também para identificar as mulheres capazes, que possam vir a assumir cargos de decisão no país, para a sua participação na vida pública, fazendo cumprir uma decisão da SADC.

São 36 delegadas que durante 5 dias, vão falar de temas como o contexto histórico e filosófico dos direitos humanos, lobby e advocacia, gestão de conflitos, cidadania e oratória, gestão participativa, processo eleitoral. As delegadas são representantes de igrejas, partidos políticos e de Associações e os comités a serem formados, quer nas províncias, quer nos municípios têm como principal tarefa a defesa dos direitos das mulheres em Angola.(AM)

6.5 Situação humanitária é preocupante

VOA...30/04/04

Cerca de 1,2 milhões de angolanos ficaram sem ajuda humanitária de Janeiro a Março de 2004 devido à falta de acesso. O mau estado das vias, pontes partidas e as fortes chuvas provocaram a inacessibilidade de muitas localidades, principalmente do interior de Angola.

A referência consta do último relatório do Grupo de Coordenação Humanitária sobre o período citado, apresentado nesta quinta-feira em reunião alargada do governo e parceiros, para avaliação da situação

humanitária no país. O documento refere que “a situação humanitária é preocupante”. Tanto é assim, que dados preliminares avançavam para este mês de Abril um aumento para 1,9 milhões de pessoas em insegurança alimentar. Para agravar ainda mais o quadro, já de si negro, o rendimento da presente campanha agrícola será baixo. As chuvas fortes que se abateram sobre o interior nos três primeiros meses arrasaram mais de 200 hectares de campos agrícolas. Foram registadas “necessidades críticas tais como a falta de sementes e instrumentos agrícolas principalmente nas províncias onde ocorreram calamidades naturais”. A propósito, a vice Ministra do Ministério da Assistência e Reinserção Social, reconhece o aumento do grau de vulnerabilidade das populações devido às enchurradas. Maria da Luz disse na abertura da reunião que ao longo do primeiro trimestre o seu pelouro recebeu relatórios preocupantes sobre a situação em algumas das províncias, sobretudo na região do planalto central (Huambo e Bié). Apesar da recepção desses relatórios, adiantou desconhecer-se ainda o volume dos estragos causados pelas chuvas. Em relação aos fundos necessários para 2004, até fim de Março a comunidade internacional contribuiu com 48.367.021 USD. Isto corresponde a 25 % de USD 262.587.702, o total do Apelo Consolidado das Nações Unidas para atender a transição da situação humanitária em Angola. O relatório avança que no capítulo das infra-estruturas foram recuperadas as pontes de madeira sobre o rio Babelo entre Chitembo (Bié) e Menongue (capital do Cuando Cubango) e sobre o rio Kaloapanda entre Kuíto (capital do Bié) e Chinguar. Segundo o Grupo de Coordenação, o número de deslocados internos espalhados pelo país atingiram no período em análise a cifra de 444.625. O Bié é a província com mais deslocados, 89.851, seguido do Cuando Kubango com 84.914. O Uíge aparece como a província com menos pessoas nessa condição, 183. Bengo, Kwanza Sul, Malange, Zaire, Lunda-Norte e Cunene são tidas como não tendo nenhum deslocado.

7.0 TERRA E HABITAÇÃO

7.1 Reféns da miséria

Actual...03/04/05

Milhares de Angolanos sobrevivem em campos para deslocados de guerra, mesmo depois de dois anos desde a chegada da paz. O campo do Gika, a norte de Luanda, é um exemplo claro da forma como vivem estas pessoas que se dizem abandonadas pelas autoridades

Tendas velhas e rotas con-formam, num raio de 1,5 quilómetros, um labirinto assustador que denuncia, clara-mente, a vida miserável dos deslocados de guerra concen-trados no campo do Gika, no município de Viana, a norte de Luanda.

Vivem, naquelas condi-ções, mais de duas mil e 489 fa-núlias apertadas entre as ruas improvisadas do campo. Fugi-ram da guerra das províncias do Moxico, Malange, Huambo e Bié em busca de segurança em outras paragens do país. Como as fanúlias do campo Gika, cer-ca de meio milhão de angola-nos sobrevive, em campos dis-tintos, sob a condição de deslo-cados de guerra, mesmo depois de dois anos do fim do conflito armado. «Sentimo-nos engana-dos e lançados à nossa sorte», segundo José Femando que, no Gika, coordena os deslocados provenientes do Bié.

Femando, e os demais in-quilinos do campo, queixam-se de promessas de melhorias nas condições de vida que lhes fo-ram apresentadas pelas autori-dades. Conta a história que o campo de Gika foi criado há quatros, num esforço do Gover-no de Luanda para desanuviar o centro de deslocados com o mesmo nome localizado no município da Maianga, zona nobre da cidade.

Antes agrupados em pa-vilhões, os deslocados foram acampados em tendas, com a promessa, feita pelo Ministério da Assistência e Reinserção So-cial (MINARS), de que, em seis meses, seriam realojados em re-sidências que o Governo estava propositadamente a construir. Quatro anos depois, as prome-sas não passaram disso mesmo, e o sonho de uma casa digna tropeça, diariamente, nas ten-das rotas que mal abrigam os ocupantes do frio e da chuva.

De resto, ali falta de tudo um pouco: desde condições sa-nitárias a ausência de água po-tável. As latrinas tomaram-se imundas, dada ausência de água potável. Como a necessi-dade não espera, sem meias medidas, os moradores largam as suas descargas ao ar livre. As doenças, é óbvio, não se fazem ausentes diante de tão con-vidativo cenário de podridão. Apesar de não existirem, números, Odete Panzo, uma habitante, garante que as mor-tes acontecem aos magotes. «Estão a morrer aqui muitas crianças», lamenta. Ela própria perdeu uma filha de dois anos. A criança não suportou as complicações resultantes de uma anemia severa. O deses-pero e o sofrimento fazem parte do dia a dia no campo. Ainda assim, os moradores nada podem fazer senão cruzarem os braços quando não se tem como improvisar uma lavra num terreno baldio vizinho ao campo. Existe já, e os rostos das pessoas denotam isso, uma estreita ligação entre eles e a fome. Francisco é

bem a prova disso. Olha com impaciência para a panela enegrecida pelo fumo que ferve pequenos peda-ços de mandioca, mesmo a en-trada da casa do seu pai. Uma tenda de menos de quatro met-ros quadrados, mas que, ainda assim, alberga dez pessoas. De tão suja, a cor branca deu lugar a um castanho lamacento. Fran-cisco espera porque sabe que aquela será a sua única refeição do dia.

TEMPOS QUE LÁ SE FORAM.

Comida, pelo menos, não faltou nos primeiros dias depois da transferência dos populares pa-rra o campo. O Programa Ali-mentar Mundial (PAM) disponi-bilizava, semanalmente, bens alimentares como feijão, óleo e arroz. Porém, a situação agra-vou-se quando a organização decidiu cortar as ajudas. «Há dois anos que o PAM deixou de nos apoiar». Francisco reclama de um facto que, insiste, tomou mais «difícil a vida no campo de deslocados». a campo está iso-lado do resto da cidade. As autoridades ao que parece apa-garam-no do mapa. Nem profis-sionais do MINARS ou, pelo menos, de alguma ONG, se dig-nam aparecer por lá. A vida, de acordo com Francisco, é insus-tentável. As mulheres se desdo-bram em negócios de ocasião. Tudo o que se consegue é vendi-do nas zonas mais próximas da cidade. Os homens nada fazem. Passam o tempo a jogar cartas. Este exercício, por ali, «é uma espécie de ópio para nos esque-cermos dos problemas», segun-do Francisco.

7.2 Lei de Terra esteve em cena

Independente...17/04/04

A “Rede de Terra”, um núcleo que congrega várias ONGs que lutam pela prob-lemática da Lei de terra, real-izou ontem sexta-feira 16, no Teatro Avenida, uma gala teatral denominada “Por uma justa lei de terras”. A gala teve como objectivo chamar a atenção dos cidadãos, par-lamentares, instituições do Estado e privados sobre os riscos da aprovação de uma lei de terras sem uma política que defina claramente o modelo de desenvolvimento para o país.

Os participantes na gala tam-bém reflectiram sobre a pertinência da elaboração imedi-ata de um regulamento capaz de evitar a duplicidade de interpretação da Lei, uma vez aprovada. Chamou-se tam-bém a atenção dos cidadãos, aos organismos do Estado, organizações da sociedade civil e dos parlamentares para a aprovação de uma lei que salvguarde os direitos fundiários adquiridos por pessoas “singulares e colectivas, bem como a justa constituição de outros direitos sobre terras.

A gala foi apresentada pelo grupo teatral Muindi, que

representou vários jograis com temas como “A lei não (está pronta)”; “Política nacional de terras” e por último “Projecto de lei de ter-ras”.

A animação musical contou com a presença das cantoras Ângela Ferrão que apresentou dois temas musicais e foi acompanhada pelo grupo Apocalipse. Amorzinho apresentou ape-nas um tema musical. A parte da core-ografia foi feita pelo grupo ADS.

De recordar que o núcleo da “Rede de Terra” possui doze ONG fili-adas neste caso. A referida lei, até agora, ainda não foi aprovada pela Assembleia Nacional, pelo, que o Governo deixou de ouvir a comunidade para dar um contributo à lei.

7.3 As vítimas da chuva

Ebonet.net...20/04/04

Chuvas desalojam 45 famílias na Kinanga
Quarenta e cinco famílias foram desalojadas das suas residências no bairro da Coréia, comuna da Kinanga (município da Ingombota), em consequência da chuva que se abateu durante a noite de segunda-feira e ao longo da madrugada de terça-feira sobre a capital do país. Numa ronda efectuada hoje pela Angop constatou-se que as águas da chuva, provenientes da parte alta da cidade, inundaram parte do bairro, que dá acesso ao mar.

A inundação causou a danificação de electrodomésticos, bem como a destruição de paredes de quintais, com prejuízos até agora não calculados. Amélia dos santos, vítima da intempérie, teme pelo surgimento de várias doenças devido a grande quantidade de lixo que foi arrastada pelas águas até as residências. Acrescentou que esta situação dura há anos, principalmente quando chove com intensidade em Luanda, lamentando a ausência de qualquer acção por parte das autoridades locais na manutenção da vala. Entretanto, o administrador comunal, Gerónimo Kazua, disse que a administração local não dispõe de meios técnicos e materiais para fazer face às inundações naquela zona, considerando a situação de crítica. O administrador municipal adjunto, Francisco Baltazar, garantiu que uma empresa especializada, cujo nome não foi revelado, ganhou um concurso público para reabilitação e manutenção da vala de drenagem do rio seco.

A vala do rio seco encontra-se inoperante há mais de cinco anos, devido a acumulação de grandes quantidades de resíduos sólidos, o que impede a evacuação da água para o mar. A comuna da Kinanga está localizada na zona sudoeste do município da Ingombota e é composta pelos bairros da Coréia, Azul e Praia do Bispo e habitada por aproximadamente 40

mil habitantes.

7.4 Guia prático da terra

Semanário Angolense...24/04/04

Da última vez que escrevi um pacote de artigos sobre as dificuldades a superar, antes de se proceder à aprovação de uma nova lei da terra, terminava com uma nota a referir que a partir daquela data tinha dito tudo quanto sabia acerca desse assunto e, por tal razão, se tornava um assunto encerrado. Ora, como não há uma sem duas, eis-me uma vez mais a fazer afirmação do mesmo género. À segunda, porém, as conclusões a tirar surgem, é natural, mais nítidas e amadurecidas. Trata-se, agora (e é este o último artigo da série de seis publicada no *Semanário Angolense*) das questões mais polémicas que são levantadas pelo projecto de lei da terra. Assim, este artigo pretende esclarecer as matérias mais polémicas que se prendem com as terras integradas no fundo agrário de Angola e, mais em especial, com as terras usadas na lavoura familiar. As conclusões que se tiram partem de uma exposição que assenta no desdobramento sucessivo da problemática agrária.

Primeiro, começam por oferecer alguma informação factual. Em segundo lugar, mais em especial, alertam para determinados aspectos que se verificam mais em particular para as terras da lavoura. No balanço, a exposição é conduzida a partir de dez questões sobre o fundo agrário. (E mais três sobre política legislativa, no domínio agrário).

O fundo agrário de Angola tem uma extensão que (muito por baixo) é calculada em 50 milhões de hectares de terras férteis. Qual seria a melhor maneira de distribuir esse filão milionário de terras férteis? Uma primeira parte, como é óbvio, deverá ser afectada a uma reserva agrária. (Que se torna indispensável conservar, quando se pensa nas necessidades das gerações do amanhã). A outra parte que não caia na reserva fica, naturalmente, à disposição das necessidades da população. Por outro lado, no que respeita às terras que já se encontrem em uso há números pouco precisos. Mesmo assim, fala-se numa extensão de terra de baldio acima dos 40 milhões de hectares. As antigas fazendas (cerca de mil e quinhentas) somariam cerca de cinco milhões de hectares. As terras da lavoura mais quase cinco milhões de hectares.

Falando desse fundo, o projecto-lei do governo sustenta que todas as terras para cadastro devem ser postas à disposição do programa económico do governo (Ao qual, a seguir, as empresas se deverão subordinar). Prosseguindo nessa lógica, o projecto do governo defende que a única entidade que pode legalizar direitos ou poderes jurídicos sobre terrenos

integrados no cadastro será o governador da província, ou o próprio ministro da tutela, em carne e osso. Mas, o que sobra para o exercício legal de direitos agrários, nesse caso? O projecto-lei sustenta direitos agrários (seja para famílias, seja empresas) fortemente mitigados. Como ilustração lapidar, a posse duradoura sobre terrenos não constitui fundamento para validar direitos. (Nessa situação cabem mais de um milhão de famílias camponesas). A sua ocupação (mais que duradoura, muitas vezes milenar) não é relevante para a legalização de terrenos, na óptica do projecto do governo. E mesmo assim não é tudo. É ainda mais restritivo. A constituição de direitos de exploração, mesmo quando seja em virtude de trabalhos de estaleiro ou de construção de instalações (transformando o terreno numa fazenda), não releva nem sequer nesses casos. Quando muito, o titular apenas terá poderes jurídicos parciais, mas não plenos direitos sobre um terreno que, afinal, é dele. E sendo assim, mesmo os terrenos explorados (lavra ou fazenda, tanto faz) podem ser expropriados pelo governo.

Feitas as contas, pouco resta para o espaço de exercício de poderes legais sobre terrenos do fundo agrário. Num regime aberto, tudo começaria pela emissão de título conferindo poderes de ocupação precária. De seguida, trabalhos de estaleiro ou planta de construção seriam fonte para o acréscimo de poderes legais. Mas na óptica do projecto-lei, sejam os poderes precários, sejam os poderes mais sólidos, apenas podem dar origem a títulos que terão simples base contratual, entre o governo e o dono da lavra ou fazenda. Apesar de algumas variações para atenuar regime tão draconiano, o contrato de exploração nunca teria mais do que prazo precário. (Na medida em que a autoridade que conceda o terreno pode sempre resolver o contrato, sob alegação de incumprimento). Percebe-se, assim, que a lógica do terceiro projecto, não conduz à formação de garantias sólidas. Veja-se o caso do registo predial. Nem mesmo a realização de trabalhos de estaleiro ou planta de construção fornece uma posição incontestada ao titular, perante o governo. O registo predial é simbólico. (registra-se, mas não confere poderes fortes, como são no caso da propriedade).

Num segundo aspecto, estas conclusões abordam as questões de política legislativa relevantes para a nova lei da terra. No caso do fundo agrário, as disposições de princípio para os direitos dos cidadãos sobre a terra vêm regulados na própria Lei Constitucional. Em regime de liberdade, tais princípios deveriam garantir a segurança e a estabilidade, indispensáveis a toda boa lei. Além do mais, é preciso não esquecer que já existem disposições constantes da primeira versão do projecto de nova Constituição, adoptada por uma comissão parlamentar posta recentemente a circular. Tais disposições podem vir a ser modificadas, por ocasião

do debate parlamentar. Assim, é fácil entender que uma lei da terra publicada antes da Constituição ficaria derrogada no dia seguinte, em caso de alteração desta primeira versão para uma nova Constituição. A seguir, põe-se a questão da nova lei do ordenamento agrário, recentemente aprovada pelo parlamento. As atribuições da autoridade do ordenamento deveriam reflectir a preponderância da livre iniciativa, na fundação da lavra e da empresa. Vistas as coisas assim, são perfeitamente extemporâneas atribuições de ordenamento agrário, antes de uma lei agrária. Uma terceira e última situação que condiciona a publicação da nova lei da terra prende-se com importantes aspectos do investimento agrário, nas terras da lavoura. Como se sabe, o factor intensivo na agricultura camponesa é o trabalho familiar. Mas isso não significa que não se façam investimentos em dinheiro. Por isso, importa saber em que medida estarão isentos de contribuição fiscal.

Balançado tudo isto, há que chamar a atenção da Assembleia Nacional para o facto de a insistência em aprovar de imediato uma nova lei da terra pode ser contrariada pelo accionar dos mecanismos constitucionais. A mais funcional e óbvia parece ser a de requerer parecer do tribunal constitucional sobre o princípio de política legislativa que pretende inspirar a aprovação da nova lei sem mais delongas. (Mas, também pode requerer parecer posterior, que impedirá de promulgar a lei). Por fim (caso a maioria venha a concordar na dilação do debate e uma votação em melhor ocasião), uma medida parece ser inadiável, para preparar um debate mais aprofundado, para as terras da lavoura familiar. Os legisladores deveriam propor ao plenário que crie um grupo de trabalho para as terras da lavoura.

E chega de agricultura. (Quem sabe? Como se diz, só a terceira é de vez).

7.5 Habitação em Luanda analisa pintura de imóveis

Jornal de Angola...28/04/04

A Direcção Provincial da Habitação de Luanda promove nos próximos 15 dias uma série de encontros com moradores de prédios do município da Ingombota, para esclarecimentos sobre o programa de pintura das fachadas dos edifícios da cidade capital.

O chefe do gabinete jurídico da direcção da habitação, Zeferino da Silva Neto, disse à Angop que os encontros visam igualmente recolher opiniões e críticas construtivas que convergem para um objectivo comum. Segundo o responsável, os proprietários ou usufrutuários dos edifícios devem proceder a obras de pintura e manutenção, melhorando assim a imagem da cidade de Luanda, principalmente da zona urbana. Para a delegação provincial da habitação, Rosa Nicola, com

esta medida da Comissão de Gestão (CG), pretende-se que as faces e os parâmetros exteriores de todos os prédios públicos e privados da zona urbanizada sejam obrigatoriamente pintados. A responsável disse ser urgente velar pela manutenção dos prédios em acentuado grau de degradação, criando condições para uma melhor qualidade de vida e conservação do património urbano edificado.

Pelo menos 85 por cento dos prédios da cidade capital estão erguidos no município da Ingombota.

8.0 OUTRAS

8.1 O que se espera dos nossos intelectuais

Semanário Angolense...24/04/04

Esta célebre frase que o filósofo norueguês Sören Kierkegaard endereçou a Hegel nos seus acalorados debates deve servir de premissa para os nossos intelectuais, na sua saga para a edificação de uma sociedade mais justa e aberta a todos os interesses.

É dado adquirido que após o fim da guerra-fria e as consequentes mudanças que acarretaram nos planos geoestratégico e político, as nações que outrora gravitavam nas órbitas dos dois impérios ficaram como que órfãs. A maioria destas nações africanas nasceu no quadro do confronto entre o Leste e o Ocidente, que fez desencadear as lutas de libertação nacional até ao alcance das independências. E uma coisa é indelével: a degradação económica e moral das populações, principalmente em África, constitui ainda uma realidade sombria nos dias que correm.

E não há, pelo tempo que já transcorreu, qualquer sinal de inversão desta tendência. Com o desaparecimento do conflito entre os dois blocos, interroga-se agora se não estará também iminente o nosso próprio desaparecimento, enquanto nações e povos deste continente que continua a ser «um corpo inerte aonde cada abutre vem debicar o seu pedaço».

Com a globalização a imperar, ditando as regras do jogo e subjugando todos os Estados, os países de África continuarão a ser o eterno fornecedor de matérias-primas e de «escravos modernos» para servir os objectivos da acumulação do capital internacional. Isto, porque os líderes que continuam a assumir os poderes públicos não conseguiram operar dentro de si as mudanças necessárias – os mesmos que ontem desprezavam a democracia e vilipendiavam os seus princípios – são os que dirigem os processos de mudanças democráticas.

O resultado é que, após mais de uma década de transformações com o surgimento do multipartidarismo, o desiderato da edificação de

Estados democráticos de direito não passa de uma quimera, um sonho ainda não realizado. É à luz deste cenário decadente, que urge, da parte dos intelectuais, assumir a responsabilidade histórica e partir para uma reflexão numa «perspectiva perplexa da busca do Eu» africano.

E a questão que se levanta é a seguinte: o que se espera dos nossos intelectuais no continente, e no caso particular de Angola? No meio deste turbilhão de metamorfoses políticas, económicas e sociais devem, e sem perder o norte, lançar contra as ditaduras camufladas em democracias e contra o ocidente cujos tentáculos da globalização pretendem eternizar a exploração dos povos africanos, essa frase de Kierkegaard. Isto é, assumir a missão de obreiros na edificação de verdadeiros Estados democráticos e de direito sobre as ruínas das ditaduras monolíticas e os seus resquícios de totalitarismo e de intolerância. Pois, a África não pode continuar a ser um furo no sistema de dominação imperialista seja sob a forma de globalização ou outra que seja.

Trata-se, na perspectiva de alguns estudiosos da situação africana, de uma luta encarniçada, a qual os intelectuais se devem entregar, para se evitar que ao invés de Estados democráticos se produzam verdadeiros monstros. E entre as propostas para este combate, que consiste em evitar este tipo de perversões, está a criação de um fundamento intelectual para o estabelecimento de uma verdadeira oposição, no sentido lato.

Só uma oposição (todos contra-poderes) com bases teóricas e visão política abrangentes será capaz de propor um outro projecto de sociedade, que implica a definição de uma democracia de acordo com a realidade concreta dos países africanos, e nesse caso particular de Angola. O mimetismo cego e avulso de exemplos de democracia que vimos assistindo, compara-se ao das épocas da emancipação do colonialismo, em que levados pelo entusiasmo e pela sede de instaurarem Estados independentes, os pais das independências de África acabaram por macaquear as formas dos Estados coloniais.

E uma das primeiras exigências do intelectual nesta fase de transição, embora com as amarras do totalitarismo ainda perceptíveis, é o de conduzir uma oposição, definindo as estratégias e formulando os preceitos teóricos e práticos da sua acção. Isto é, no dizer do cientista africano A. Kalambay (2) «suscitar uma oposição que tenha as seguintes funções: i) a de memória e de expressão cultural dissidente; ii) a de resistência e obstáculo aos poderes, e iii) a de alternativa política.

Nos seus escritos, o pensador marxista António Gramsci entende que «os intelectuais assumem o protagonismo (...) na reforma intelectual e moral da

sociedade». Para ele, que identificou dois tipos (o «orgânico» e o «tradicional») (3), os intelectuais cumprem todos a mesma função, que é a de «buscar dar forma homogênea à consciência de classe a que emprestam a sua adesão. São, em suma, instrumentos da consolidação de uma vontade colectiva, de um bloco histórico» (4).

Para cumprir com essas funções, os intelectuais não se devem desviar do seu papel histórico, como o faz aquele que Kalambay considera de intelectual «gregário». Pelo contrário, deve assumir sim o combate aos «elementos mais medíocres, convertidos à causa dos estrangeiros aos quais servem e defendem os seus interesses».

É esse tipo de dirigentes, que catapultados para a cena política quer através de golpes de Estado ou de força, quer por imposição das ex-potências coloniais, continua a acreditar no seu sonho diário de serem os únicos detentores da verdade. E quando os seus povos desencadeiam reivindicações legítimas, respondem com repressão violenta e hipotecam os seus países aos interesses estrangeiros chegando mesmo a apelar a presença de forças de outras potências para poderem sobreviver no poder.

Então, no cumprimento das suas funções, todo aquele que se eleva à estatura de «intelectual orgânico», deve ser uma testemunha activa, que testemunhe em nome da justiça e da verdade histórica. No caso vertente de Angola, como entender que as actuais gerações desconheçam a história recente do país? Um exemplo caricato foi ao confrontar um grupo de jovens estudantes do segundo ano do Pré-Universitário, que pretendia obter alguns subsídios sobre factos da história recente, como o chamado «fraccionismo» de 27 de Maio, para não falar da história do nacionalismo angolano. É de bradar aos céus, a ignorância demonstrada e o chorrilho de “verdades” a eles impingidas por uma ordem político-ideológica!

Por isso, e enquanto memória da sociedade, é que os intelectuais devem lutar até à exaustão para contar de novo a história, com a cientificidade que se exige, face à vasta mistificação e reconstituir assim a memória histórica com vista a se pôr fim ao obscurantismo. Isto é, manter vivas as tradições que «fizeram a glória dos nossos antepassados».

Através da dissidência, devem mostrar à sociedade que há uma outra forma de agir e de pensar e com o seu testemunho tornarem-se artífices da resistência secular das massas contra todas as formas de opressão. A persistência e coerência nas suas posições dão-lhes legitimidade de assumirem o papel de alternativa política, por trazerem para sua época um pouco mais de bem e justiça, recusando qualquer compromisso com os poderes arbitrários.

Nesta perspectiva, podemos concluir com Kalambay,

que é essa categoria de intelectuais, que agem em nome das exigências de natureza ética, por isso não manobráveis por qualquer poder ou qualquer forma de ditadura, que os angolanos esperam ver, qual Vênus, renascer das cinzas. Pois, por serem dissidentes por natureza, seguem apenas a sua própria consciência quaisquer que sejam os riscos. Não se deixam domesticar e nem se transformar em oportunistas que gravitam à volta dos poderes e muitos menos se conformam com títulos honoríficos, a que até mesmo alguns universitários eruditos se comprazem em ostentar, mas cujo «savoir-faire» está desprovido de qualquer fundamento ético, o que faz deles elementos dóceis à tentação totalitária.

Dos nossos intelectuais espera-se, enfim, que assumam de peito aberto a missão histórica de devolver a dignidade, justiça e bem-estar a este povo martirizado.

Notas

1- «Eu não sou um furo na roda do teu sistema», Sören Aabye Kiergaard – Filósofo e teólogo dinamarquês (1813-1855)

2- E. Kalambay. Démocratie e multipartisme: La responsabilité de l'Intellectuel africain, in Revue Africaine de Politique Internationale

3- Antonio Gramsci. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

4- Id., ib., «O partido e a expressão da vontade colectiva»

8.2 Falta de material condicional trabalho de desminagem

Jornal de Angola...28/04/04

A falta de material para a remoção de engenhos explosivos está a condicionar o trabalho do Instituto Nacional de Desminagem (INAD) na província do Uíje - informou o chefe de secção da instituição, Lopes Futila.

O responsável disse que além da falta de material, o INAD não possui um meio de transporte para a distribuição e recolha das equipas de trabalho situação que faz haver muitas zonas minadas na província.

Lopes Futila adiantou que o INAD pretende realizar na província trabalhos de desminagem nas pistas do Uíje e do Negage, nos municípios de Sanza-Pombo, Bungo, Mucaba e Maquela do Zombo, bem como no perímetro da ponte sobre o rio Cuilo.

O sector de desminagem na província do Uíje encontra-se paralisado devido à falta de instrumentos de trabalho. O sector funciona com 44 efectivos, entre desmobilizados das ex-forças da Unita e das FAPLA.